



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12497 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT09 - Trabalho e Educação

DOCÊNCIA FEMININA: entre o desenvolvimento profissional e a precarização
 Julia Cecilia de Oliveira Alves Ribeiro - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL
 SUDOESTE BAHIA

DOCÊNCIA FEMININA: entre o desenvolvimento profissional e a precarização

1 INTRODUÇÃO

O magistério no Brasil é uma profissão essencialmente feminina. Marcado pela desigualdade social e de gênero, o país só abriu espaço para a inserção da mulher na docência a partir do final do século XIX, visando atender à necessidade de escolarização da população e da conseqüente ampliação do ensino primário público, como requisitos para o desenvolvimento do capitalismo. Nas décadas seguintes, houve um expressivo aumento das mulheres na docência e na década de 1920, elas já representavam 72,5% do professorado primário brasileiro e 65% da quantidade total de docentes incluindo todos os graus de ensino. Em 1997, este número já chegava a 85,7% (VIANNA, 2001).

Pesquisas como as de Louro (1997), Vianna (2001) e Souza e Salustiano (2018) nos revelam que, embora as mulheres tenham se tornado maioria na docência, as condições da profissão para elas não conseguiram garantir um desenvolvimento profissional linear e estão marcadas, muitas vezes, pela precarização do trabalho.

Diante deste contexto pretendemos responder às seguintes perguntas: Quais condições caracterizam a docência feminina e seu desenvolvimento profissional e em que medida a precarização do trabalho afeta seu desenvolvimento? A hipótese aqui levantada é de que as condições da docência feminina são marcadas pela precarização que afeta e pode provocar interrupções em seu desenvolvimento profissional.

A partir de uma revisão de literatura, e, tomando por lastro teorias de gênero baseadas

nos estudos feministas, apresentamos uma discussão que nos permite inferir que a condição feminina na docência, em nossos dias, dentre outros motivos, em decorrência da pandemia de covid-19, apresenta traços de desqualificação e precarização, ocasionando, muitas vezes, adoecimentos e descontinuidades em seu desenvolvimento profissional.

O trabalho está dividido em três partes: na 1ª, apresentamos um panorama sobre desenvolvimento profissional de professoras; no 2ª, condições de precarização e suas conseqüências para a carreira destas profissionais e, na 3ª, algumas considerações.

2 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORAS

Antes de adentrarmos especificamente no campo da docência feminina, cabe fazer algumas inferências sobre o Desenvolvimento Profissional Docente (DPD), que é um processo composto por diferentes elementos, dentre os quais, a formação inicial e continuada, a carreira, o salário, as condições de trabalho, bem como as políticas desenvolvidas a este fim, caracterizando-se como um avanço individual, posto que cada docente o vivencia de uma forma particular, e também coletivo, representando o desenvolvimento da própria instituição na qual trabalha, como apontam Marcelo (2009), Day (2001), Ferreira (2020) e Contreras (2002).

Sobre o DPD, Ferreira (2020) afirma que é um processo incerto e complexo, carregado por variáveis que geram modificações e dubiedades em seu curso. A autora acrescenta ainda que:

O DPD é multidimensional e sofre influências individuais, coletivas, emocionais, políticas, sociais, econômicas e profissionais. Nesse ínterim, implica saberes, fazeres, práticas e (re) construção da identidade profissional, pois o DPD é um processo também focado na pessoa do professor. Além disso, o DPD procura promover a construção de conhecimentos, as mudanças (no ensino, na escola, nos processos envolvidos e no professor) e a construção de aprendizagens (FERREIRA, 2020, p. 08).

Assim, o DPD é um processo que diz que respeito aos professores e professoras individualmente, mas também reflete fatores históricos, sociais e culturais imbricados na constituição da carreira docente, nas instituições em que estes atuam e até no sistema educacional como um todo. Em relação ao fenômeno da feminização do magistério como uma das marcas do desenvolvimento profissional no Brasil, partindo de uma análise que tem por base questões de gênero, Louro afirma que:

Se, por um lado, práticas e arranjos de ensino sugerem algumas continuidades no processo educativo escolar, por outro, certas modificações indicam possíveis descontinuidades ou rupturas. Magistério e escola, como atividades ou instituições sociais, transformam-se historicamente. Os sujeitos que circulam nesse espaço se diversificam e a instituição talvez seja, sob vários aspectos, uma outra instituição. Entre as mudanças que marcam, de forma mais evidente, esse processo de transformação está a *feminização do magistério*. (LOURO, 1997, p. 94)

Em nossos dias, é inegável a predominância das mulheres na docência. De acordo com o último levantamento do Inep, em 2020, as mulheres atingiam 77,3% do total de docentes da educação básica, com maior concentração na Educação Infantil, totalizando nesta

modalidade, 96,4% de professoras.

A abertura social para as mulheres nos diversos espaços de atuação profissional, inclusive na docência, não aconteceram por livre vontade governamental, mas atendem, em primeiro grau à necessidade de mais mão de obra no mercado de trabalho e também à atuação das mulheres em movimentos que reivindicam mais direitos, dentre eles, condições de igualdade nos diversos setores, inclusive neste mesmo mercado de trabalho. Associado às reivindicações, a mulher passou a ocupar espaços que pertenciam majoritariamente ao gênero masculino, como as universidades, tornando-se aptas profissionalmente para o exercício da docência. A formação profissional, inclusive, é, na visão de Marcelo (2009), um dos elementos do DPD.

Para além das oportunidades de trabalho no magistério e da formação em nível superior, as mulheres tiveram papel determinante na conquista de direitos, via políticas públicas para a valorização e profissionalização docente nas últimas décadas (SOUZA; SALUSTIANO, 2018). A melhoria nas condições de trabalho para estas profissionais, no entanto, não acompanha o crescimento dos números, resultando, em muitos casos, no que podemos chamar de precarização do trabalho docente.

2.1 Docência feminina: reflexos da precarização

O DPD “tem uma conotação de evolução e continuidade que supera a tradicional justaposição entre formação inicial e formação continuada dos professores” (MARCELO, 2009, p.9). Partindo desta premissa, tanto formação, como carreira, salários e condições de trabalho deveriam contribuir para um crescente e contínuo desenvolvimento profissional de professores e professoras. O que acontece, porém, é que o DPD também sofre inúmeras interferências externas e neste sentido, precisamos destacar o modo de produção capitalista, vigente atualmente na forma do neoliberalismo que impõe condições nas quais a força de trabalho é vendida como uma mercadoria, num processo em que os trabalhadores sofrem exploração e controle de sua formação e de seu trabalho, configurando a precarização do trabalho destes profissionais. De acordo com Alves (2007, p. 114-115):

O que chamamos de processo de precarização do trabalho é o processo de diluição (ou supressão) dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital no decorrer do século XX. [...] A precarização possui um sentido de perda de direitos acumulados no decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados. A precarização é síntese concreta da luta de classes e da correlação de forças políticas entre capital e trabalho.

Deste modo, o fenômeno da precarização, que é uma marca do neoliberalismo, impactou consideravelmente o trabalho docente, com implicações negativas, descontinuidades e regressões ao DPD. Em relação à precarização do trabalho docente, Mancebo (2007, p.470), afirma que esta “refere-se [...] à baixa remuneração; à

desqualificação e à fragmentação do trabalho do professor; à perda real e simbólica de espaços de reconhecimento social, e também compreende o sofrimento docente diante do capitalismo flexível, um trabalho penoso”.

Em relação à docência feminina na área das ciências naturais, Teixeira e Brito (2018, p. 236) acrescentam elementos à discussão da precarização, afirmando que:

Há um sentimento de desilusão com a profissão, há uma demonstração de cansaço na luta pela valorização social e salarial, há um misto de revolta, de tristeza com as condições de trabalho, com os recursos empregados na educação, sem uma autonomia dos professores, [...] para aquisição de materiais necessários para as aulas práticas de Biologia, há desesperança de mudança na melhoria da carreira docente.

Tal relato associa-se ao que Contreras (2002, p.33) caracteriza como “uma subtração progressiva de uma série de qualidades que conduziram os professores à perda de controle e sentido sobre o próprio trabalho, ou seja, a perda de autonomia”. Há ainda as situações de contratações temporárias que oferecem condições de trabalho adversas e até desumanizadoras, por não garantirem os direitos previstos em lei para estas profissionais. Como resultado, inúmeras pesquisas indicam o aumento dos casos de adoecimento em decorrência destas condições.

Tostes *et al.* (2018) ao estudar os reflexos da precarização do trabalho na saúde mental, observou que 44% dos docentes participantes da pesquisa apresentaram sintomas depressivos e 70% sintomas de ansiedade, sendo a prevalência de sofrimento mental maior entre as professoras. A mesma pesquisa indicou que 26% dos docentes que se afastaram do trabalho o fizeram por sofrimento mental. Corroborando com estas informações, Cardoso, Nunes e Moura (2019) revelam que a saúde dos professores tem sido afetada em decorrência das condições de trabalho e que as professoras são as que mais relatam adoecimento mental.

O estudo de Moura (2020) traz importante contribuição ao relacionar as condições de trabalho aos diversos papéis desempenhados pelas mulheres fora da docência. Para a autora,

Há de se considerar os diversos papéis, funções e atribuições socioculturais impostas ao gênero feminino. As mulheres ainda vivem em um contexto machista, que delega cruelmente diversas e simultâneas responsabilidades [...]. Existe ainda o papel materno, o cuidado com os filhos [...]. Fora isso, existem as questões biológicas e hormonais que irão influenciar também o estado de humor e comportamento feminino, por conseguinte, poderão agravar sintomas de adoecimento mental (MOURA, 2020, p. 98).

A situação apresentada até aqui já seria suficiente para caracterizar a precarização do trabalho e seus impactos para a docência feminina, mas é preciso somar a esta discussão os novos elementos que surgiram a partir de 2020, com a pandemia de covid-19. Oliveira (2020, p. 34-35) cita alguns: “a formação insuficiente para lidar com os programas e os recursos tecnológicos, a pouca (ou total ausência de) experiência com ambientes virtuais, até questões relacionadas ao suporte pedagógico para a realização do trabalho, [...] aumento das horas trabalhadas”. No caso de mulheres professoras, há ainda o agravante de juntar num mesmo ambiente as funções domésticas que, historicamente e de forma prejudicial, são atribuídas às

mulheres e as funções do trabalho.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A inserção das mulheres na docência no Brasil decorre das necessidades impostas pelo capitalismo e das reivindicações femininas por igualdade de direitos, oportunidade de trabalho e desenvolvimento profissional. O resultado destes movimentos foi um crescimento na proporção de mulheres na docência, superando, a quantidade dos homens.

Podemos afirmar que a docência feminina tornou-se uma marca importante do DPD no Brasil e isto é um dado positivo. No entanto, a precarização do trabalho destas mulheres tem trazido adoecimentos e rupturas ao seu desenvolvimento.

Diante do exposto, urge uma maior articulação dos e das docentes, num movimento coletivo e colaborativo por melhores condições de trabalho, direitos assegurados e possibilidades de dar continuidade ao seu DPD, de forma igualitária, justa e valorizada.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios da sociologia do trabalho. Londrina: Práxis, 2007

CARDOSO, J. da S.; NUNES, C. P.; MOURA, J. da S. Adoecimento docente: uma breve análise da saúde de professores do município de Medeiros Neto/BA. **Revista Teias**. Rio de Janeiro-RJ, v. 20, n. 57, p. 125-140, Abr./Jun. 2019. Disponível em: . Acessado em: 12 de jul. de 2019.

CONTRERAS, José. **a autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

DAY, Christopher. **Desenvolvimento profissional de professores**: os desafios da aprendizagem permanente. Porto: Porto Editora, 2001.

FERREIRA, Lúcia Gracia. Desenvolvimento profissional docente: percursos teóricos, perspectivas e (des)continuidades. **Educação em Perspectiva / Education in Perspective**. Viçosa, MG. Vol. 11, p.1-18, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MANCEBO, Deise. Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre trabalho docente. **educação & sociedade**, Campinas, v.28, n.99, maio-ago. 2007. Disponível em: 73302007000200009&lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2013.

MARCELO, Carlos. Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro. **sísifo**: Revista de Ciências da Educação, Lisboa, n.8, 2009.

MOURA, J. da S. Transtornos mentais e comportamentais em professores e as implicações para a carreira docente. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação

(PPGE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Vitória da Conquista-BA, 2020. 177 fl.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 27-40, 2020. Disponível em: [Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia | Revista USP](#). Acesso em: 26.08.2021.

SOUSA, Mirtes Aparecida Almeida; SALUSTIANO, Dorival Alves. **Um olhar sobre a docência feminina e a diversidade**. Anais III CINTEDI. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: . Acesso em: 23/09/2022

TEIXEIRA, Maria Soares da Silva; BRITO, Talamira Taita Rodrigues. O encontro com a vida de professoras de Ciências e de Biologia nos caminhos da formação e da valorização profissional do trabalho docente. IN: TEIXEIRA, E. C. N. da S.; PRADO, J. R.; BRITO, R dos S. (Orgs). **Discussões sobre Valorização Docente**. Curitiba: CRV, 2018. 262 p. ISBN: 978-85-444-2663-0

TOSTES, M. V; ALBUQUERQUE, G. S. C. de; SILVA, M. J. S; PETTERLE, R. R. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Revista Saúde debate**. Rio de Janeiro - RJ, V. 42, N. 116, P. 87-99, jan.-mar, 2018. Disponível em: . Acesso em: 25.07.2022

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, Desafios da equidade, v.17_18, p. 81-103, 2001. Disponível em: <[https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/2001\(17-18\)/Vianna.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/2001(17-18)/Vianna.pdf)>. Acesso em 28/7/2022.